

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ENFERMAGEM

ATENDIMENTO AOS FAMILIARES DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL II DO RIO DE JANEIRO

1Daniella Silva Oliveira (IC-UNIRIO)1; 1Rosâne Mello (Orientadora).

1- Departamento Médico Cirúrgico; Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPq.

Palavras-chave: Enfermagem psiquiátrica; família; reforma de serviços

INTRODUÇÃO

Durante décadas a família dos pacientes com transtornos mentais eram vistas pelos profissionais de saúde como agravadora ou até mesmo causadora dos transtornos mentais; as possíveis causas para o adoecimento mental seriam a educação falha e a negligência dos familiares com as questões morais. Como consequência, o tratamento proposto para doentes era o isolamento da família, que era estigmatizada e posta à margem do processo terapêutico.

A Reforma Psiquiátrica brasileira vem tentando mudar o foco do atendimento aos indivíduos com transtornos mentais, focando no modo de viver e sentir do indivíduo em detrimento da patologia, cessando assim com uma ciência que tem como elementos norteadores a loucura e a patologização dos comportamentos humanos.

Na década de 1990 surge no Rio de Janeiro os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como uma estratégia ousada para reformular radicalmente a forma de assistir àqueles que possuem algum transtorno mental. Essa estratégia visava construir um modelo de cuidado integral, permanente e territorial.

A portaria nº 336 no artigo 4, aponta as atividades assistenciais que devem ser desenvolvidas nestes serviços, entre elas estão, o atendimento individual; atendimento em grupos diversos; visitas domiciliares; atendimento à família e o número de refeições oferecidas, de acordo com o número de turnos em que o usuário permanecerá no serviço.

Uma vez que a atual política de Saúde Mental preconiza a desinstitucionalização, torna-se imprescindível o preparo e a orientação da família. Portanto, torna-se crucial a inserção da família na assistência aos portadores de transtorno mental, pois seria inútil acabar com os manicômios sem oferecer à família condições de manter o doente em seu cotidiano. Consequentemente os serviços de saúde mental precisam oferecer subsídios para que os familiares tenham capacidade de realizar suas funções e responsabilidades. Vale ressaltar que para que a família tenha condições de oferecer um apoio eficaz ao tratamento desse doente, essa precisa estar emocionalmente estruturada, por isso é importante que os profissionais estejam atentos dentro desse todo, à individualidade e unicidade de cada sujeito que compõe o núcleo familiar.

Uma das maneiras de subvencionar e inserir esses familiares no processo terapêutico é através do atendimento a essa família. Os atendimentos aos familiares podem ser realizados basicamente de três formas: Atendimento a grupo de familiares, onde são atendidos, conjuntamente, indivíduos pertencentes à diferentes núcleos familiares; Atendimento Nuclear, onde são atendidos componentes de uma única família; Atendimento individual, que é o atendimento individualizado a um ente do usuário.

Mediante aos fatos supracitados acreditamos que a elaboração desse estudo tende a colaborar para a melhor compreensão dos enfermeiros e profissionais de saúde, da população e principalmente dos familiares, em relação à importância de sua inserção no plano terapêutico do paciente. Esse estudo também possibilitará aos profissionais dos CAPS uma visão mais holística dos pacientes, uma vez que, esse passa a ser visto como um ser que necessita estar perto de sua família, viver em sociedade, amar e ser amado.

Por consequência o presente estudo tem a finalidade de contribuir para a compreensão e a importância das ações que devem ser desenvolvidas pelos enfermeiros frente aos familiares dos usuários dos CAPS. Irá ainda colaborar para que os profissionais e acadêmicos de enfermagem possam conhecer mais sobre a reforma psiquiátrica e suas implicações nas formas de assistência aos familiares. Além de elucidar os direitos e deveres dos familiares dos pacientes portadores de transtornos mentais.

OBJETIVO

Analisar o atendimento ministrado pelos profissionais dos CAPS II aos familiares dos usuários

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, que caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros.

A obtenção dos dados necessários para atingir o objetivo da pesquisa se dará através da análise das informações contidas no banco de dados gerado pelo projeto ao qual este estudo está vinculado "Os profissionais e suas atividades em Centros de Atenção Psicossocial no Rio de Janeiro", aprovado no comitê de ética da Secretaria Municipal Saúde e Defesa Civil /RJ (SMSDC/RJ) sob o número CAAE nº 0084.0.314.000-10.

Para analisar o banco de dados foi elaborada uma matriz de análise. A matriz de análise permitirá extrair do banco de dados às informações pertinentes para esse estudo.

A abrangência deste estudo se restringirá aos dados dos nove CAPS II que atendem a população dos bairros do município do Rio de Janeiro.

RESULTADOS

1.1 Perfil dos Usuários

Ao analisar os dados dos 105 profissionais dos CAPS, foi possível elaborar um perfil para as equipes. As equipes multiprofissionais dos CAPS caracterizam-se como

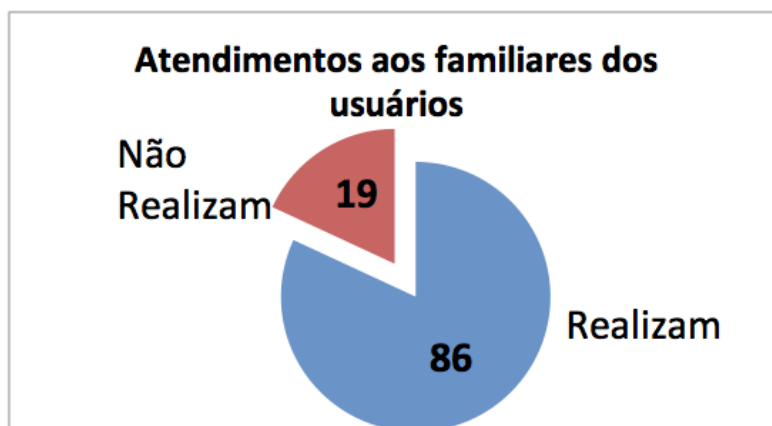
13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

predominantemente (85-80,91%) feminina, com idade superior a 40 anos (65- 59,04%), 42 (40%) se formaram após a reforma psiquiátrica. Vale ressaltar que dos 85 profissionais que exercem atividades de nível superior, somente 48 possuem especialização em saúde mental, o que vai contra a Portaria nº 336, que preza que os profissionais de nível superior que atuam nos CAPS deveriam ser especialistas em saúde mental ou em área afim.

1.2 Atividades desenvolvidas pelos profissionais

Dentre as atividades que devem ser exercidas, podemos destacar o atendimento aos familiares dos usuários.

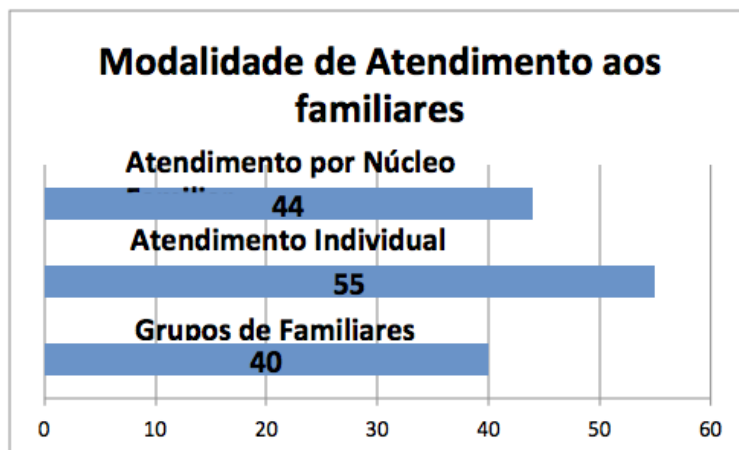
Gráfico 1 – Número de profissionais que realizam atendimento aos familiares nos CAPS administrados pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro.



É possível constatar que 81,9% dos profissionais realizam atendimentos aos familiares, o que está em consonância à portaria nº 336. Dentre os 19(18,1%) profissionais que não realizam o atendimento aos familiares, a maioria alega sobrecarga de tarefas, devido à ampla demanda de atendimentos, número excessivo de usuários, além do número reduzido de profissionais.

Dos 86 profissionais que realizam atendimentos aos familiares, 72 realizam em conjunto com outro profissional.

Gráfico 2 – Tipos de atendimentos realizados pelos profissionais às famílias nos CAPS II, administrados pela Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro.



Segundo o gráfico 2, 40 profissionais realizam o atendimento à grupos de familiares e 44 realizam atendimentos à núcleos familiares. Constata-se que 63% dos profissionais realizam atendimentos a um familiar.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, foi possível constatar que a maior parte dos profissionais, pertencentes as equipe multiprofissionais, realizam atendimentos aos familiares dos usuários, o que vai de acordo com Portaria 336 de 2002. Dentre os atendimentos prestados o que mais se ajusta à proposta de atendimento à família é o atendimento

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

nuclear ou a grupos de familiares, em detrimento ao individual. Todavia, uma grande parcela dos profissionais afirmou realizar atendimentos individuais, o que pode ser uma evidência que esse familiar, esteja se afastando de seu papel de acompanhante e esteja exercendo o papel de usuário, ou ainda, um indicativo da baixa adesão do familiar às reuniões em grupo.

O expressivo número de profissionais que se formaram antes da Reforma Psiquiatria, também pode ser um fator determinante no tipo de atendimento. Antes da Reforma a família era colocada à margem do tratamento, sendo excluída do processo terapêutico e vista muitas vezes, como causadora da doença mental.

REFERÊNCIAS

Brasil. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece as modalidades de serviço CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad para os Centros de Atenção Psicossocial e define a forma de financiamento dos procedimentos realizados. Diário Oficial da União 2002; fev.

Castro EC. Grupos de Família em Centros de Atenção Psicossocial: Seu Impacto Terapêutico. [Monografia conclusão de curso]. Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

Mello R. A construção do cuidado à família e a consolidação da Reforma Psiquiátrica. Rev Enferm UERJ. 2005;13:390-5.

Moreno V. Familiares de portadores de transtorno mental: vivenciando o cuidado em um Centro de Atenção Psicossocial. Rev. Esc. Enferm USP 2009;43(3):566-72.

Schrank G, Kantorski LP. Ações de saúde mental desenvolvidas nos centros de atenção psicossocial voltadas à família do portador de transtorno psíquico. Fam Saúde Desenv. 2003 Set-Dez; 5(3):203-12.